

RESENHA

Segurança Pública e Direitos Humanos: Novas Práticas Discursivas na Formação e Atuação do Policial Militar. Cadernos de Linguagem e Sociedade, 17(2), 2016

SANTOS, Daniel Limeira dos; SOUZA, Anderson Alves de. **Segurança Pública e Direitos Humanos: Novas Práticas Discursivas na Formação e Atuação do Policial Militar. Cadernos de Linguagem e Sociedade, 17(2), 2016.**

*Ednilma Cristina Moura Costa¹
Rosana Mendes De Almeida²
Silvania Pena De Menezes³*

RESUMO

Na presente obra, os autores transitam com maestria própria na seara da segurança pública, direitos humanos e práticas formativas do policial militar. Importante mencionar que a proposta em tela foi introduzida através da Matriz Curricular Nacional (MCN). Neste contexto os autores estabelecem alguns questionamentos: Como o policial militar é representado dentro das novas práticas discursivas da MCN? Que relações de poder estão envolvidas nessa representação? Como os direitos humanos têm sido abordados no material didático empregado na formação desses profissionais? Há de se destacar que os autores indicam que os resultados norteiam para a necessidade da consolidação das novas práticas discursivas propostas pela Matriz curricular Nacional.

Palavras-chave: Segurança pública - Direitos Humanos - Práticas Formativas.

ABSTRACT

In this work, the authors move with their own mastery in the field of public security, human rights and training practices of the military police. It is important to mention that the proposal in question was introduced through the National Curriculum Matrix (MCN). In this context, the authors establish some questions: How is the military police represented within the new discursive practices of the MCN? What power relations are involved in this representation? How have human rights been addressed in the teaching material used in the training of these professionals? It should be noted that the authors indicate that the results guide the need to consolidate the new discursive practices proposed by the National Curriculum Matrix.

Keywords: Public Safety - Human Rights - Training Practices.

¹ 2º Tenente da PMMT. Tecnóloga em Gestão em Segurança Pública pelo IFMT. Tecnóloga em Gestão em Policia Ostensiva pela Academia de Policia Militar Costa Verde (APMCV/PMMT).

² 2º Tenente da PMMT. Tecnóloga em Gestão em Segurança Pública pelo IFMT. Tecnóloga em Gestão em Policia Ostensiva pela Academia de Policia Militar Costa Verde (APMCV/PMMT).

³ 2º Tenente da PMMT. Tecnóloga em Gestão em Segurança Pública pelo IFMT. Tecnóloga em Gestão em Policia Ostensiva pela Academia de Policia Militar Costa Verde (APMCV/PMMT).

Credenciais do autor⁴:

Daniel Limeira dos Santos é Mestre em Gestão em Organizações Aprendentes (UFPB - 2013 - 2014). Possui Curso de Letras-Língua Inglesa (UFPB 2007 - 2011). Possui Curso de Especialização em Gestão e Tecnologias Educacionais (CEPM - 2008). Possui Curso de Especialização em Segurança Pública (CEPM - 2005). Possui Curso de Formação de Oficiais (ESFO-RJ 1992 - 1994). Atua como docente das disciplinas Língua Inglesa; Ética, Cidadania e Direitos Humanos, e de Metodologia da Pesquisa Científica nos cursos de formação e de Habilitação de oficiais PM e BM.

Os autores trazem neste trabalho uma análise sobre Segurança Pública e Direitos Humanos, e como essa construção estratégica sobre essas Novas Práticas Discursivas vem sendo introduzida dentro da Formação do Policial Militar para que dessa forma possam atuar de maneira respeitosa e orientada sobre os direitos humanos.

Essa nova proposta foi introduzida através da Matriz Curricular Nacional (MCN). Para tanto, precisava haver as investigações, sob a perspectiva da análise das duas cartilhas sobre abordagem policial.

Os autores trouxeram como questionamentos norteadores da pesquisa os seguintes problemas: 1) como o policial militar é representado dentro das novas práticas discursivas da MCN? 2) que relações de poder estão envolvidas nessa representação? 3) como os direitos humanos têm sido abordados no material didático empregado na formação desses profissionais?

Através desses questionamentos foram discutindo ao longo deste trabalho a construção da representação linguística do policial militar no contexto anterior e posterior ao estabelecimento do Estado Democrático de Direito; identificamos elementos das novas práticas discursivas em cartilhas que orientam a ação policial

⁴ Disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual>

militar ao proceder as abordagens e discutimos as principais implicações desses elementos para a construção da representação do policial militar em sua prática social.

Por isso, houve a análise, onde está revelou a predominância de processos materiais com os policiais representados na maioria das vezes no papel de Atores com o poder de agir sobre a pessoa abordada. Houve também através da análise a possibilidade de constatar a necessidade do discurso dos direitos humanos tanto no âmbito da formação quanto da atuação do policial militar, para que esse poder não se degenerere em abuso de autoridade contra o cidadão.

Na introdução os autores trazem uma reflexão sobre o aumento contínuo aumento da violência nas suas mais diferentes formas, sendo praticadas por cidadãos e criminosos, diante disso se tornou um tema de segurança pública. Por isso, tornou indispensável a modernização e padronização da formação dos profissionais da segurança pública, através de uma matriz curricular nacional que abrangesse todos os estados nessa nova reestruturação dos currículos dos cursos de formação nas Academias e Centros de Formação.

Neste capítulo de desenvolvimento nos apresenta uma Breve Contextualização Histórica Acerca das Polícias Militares, nos mostrando os dois momentos históricos das Corporações policiais militares. A primeira, remete ao governo militar, ao qual eles trazem uma forte reflexão que por muitos foi considerado como um período ditatorial, no qual o Brasil viveu entre os períodos de 1964 a 1985. Nesse período se estabeleceu uma vinculação legal das polícias militares ao Exército Brasileiro.

Por causa desse período, a condição das polícias militares trouxe implicações organizacionais e ideológicas que propiciaram o estabelecimento de uma relação de poder que resultou em um distanciamento entre a sociedade e essas instituições ao longo dos anos. Por que, mesmo depois de anos ainda traz essa forte associação, o que nos retoma a importância do estudo dos direitos humanos nas formações acadêmicas militares como se trata o tema do artigo resenhado. Compreender e estudar os pontos dos direitos humanos nas formações traz para o profissional da segurança pública uma forma de atuação diferente em relação a

atuação, preparado e consciente em ser um policial e assim de forma que utilize o seu valor social de maneira a saber intervir sempre que for necessário com firmeza e autoridade, mas respeitando o que preconiza os direitos humanos.

O segundo momento histórico, que se estende até os dias atuais, foi o estabelecimento da democracia no país com a eleição de um presidente civil em 1985 e a promulgação da Constituição Federal de 1988, que implicou em muitas mudanças, tanto ideológicas quanto institucionais. Esse governo democrático, todavia, ainda é muito jovem.

Apesar dessa mudança ocorrida no segundo momento histórico trazidos pelos autores para retratar as alterações ocorridas nesse novo contexto histórico e social, nas instituições e principalmente para o povo brasileiro. Ainda hoje as polícias militares estão se adequando, pois se vê ainda arregrada no que o Brasil vivenciou nos anos entre 1964 a 1985. Essas novas práticas discursivas e construção de novas representações estão se reestruturando a partir da Matriz Curricular Nacional para o processo de mudança nas práticas discursivas das polícias militares brasileiras e também para a construção de uma nova representação desses profissionais, através da reestruturação dos currículos utilizados em sua formação para o novo contexto sócio-político.

Mas esse documento hoje é o parâmetro principal de referencial para mudanças no uso linguístico no âmbito da formação dos policiais militares, e, portanto, de suas práticas discursivas.

Na próxima etapa os autores trazem a metodologia nos familiarizando em relação aos textos analisados na pesquisa através de trechos de duas cartilhas que tratam de procedimentos de abordagem policial sob a ótica da não violação aos direitos humanos, uma foi elaborada pela SENASP e outra por uma ONG. A primeira, intitulada “Atuação Policial na Proteção dos Direitos Humanos de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade”, é conhecida como a Cartilha da Força Nacional (CFN), esta foi produzida por profissionais ligados ao departamento da Força Nacional de Segurança Pública e ao grupo de “Capacitação para a Atuação Policial Frente a Grupos em Situação de Vulnerabilidade” dos quais, apenas a coordenadora pedagógica não é militar, os demais são militares, entre oficiais e praças, sendo duas

policiais com formação em psicologia. Esta primeira cartilha segundo análise e pesquisa dos autores do artigo, traz por finalidade: Fortalecer elementos teórico-práticos para que os profissionais de Segurança Pública possam pautar o exercício de sua atividade no respeito aos direitos e liberdades individuais, conscientizando-se de sua capacidade de promover e proteger os Direitos Humanos de mulheres, crianças, idosos, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, vítimas da criminalidade e abuso do poder, moradores de rua, vítimas de preconceito de raça ou cor e pessoas com deficiência. Ou seja, trazendo uma consciência mais humana ao momento de ações e intervenção em atuação de campo. Por ser laborado por corpo policial nos remete ao do pressuposto de que seu conteúdo representa a perspectiva/percepção desses profissionais em relação à sua atuação nessas circunstâncias.

O segundo texto investigado intitula-se “A Cartilha de Sapopemba” (CS), foi elaborada e produzida pelo Centro de Direitos Humanos de Sapopemba, as equipes idealizadoras segundo as pesquisas dos autores eram compostas por civis ligados a iniciativas e instituições de proteção aos direitos humanos. Ela tem como base textos legais, tais como a Constituição Federal, os Códigos Penal e de Processo Penal, e as Leis sobre abuso de autoridade, discriminação racial e crimes de tortura. Assim como a Cartilha da Força Nacional, a CS traz uma finalidade, a de esclarecer a comunidade a respeito dos procedimentos legais que os policiais devem observar durante uma busca pessoal, de forma a preservar os direitos civis e humanos das pessoas abordadas durante uma revista policial. Sua produção foi motivada por incidentes desencadeados por ações irregulares de alguns policiais em uma comunidade da cidade de Sapopemba no estado de São Paulo.

Por isso, a importância do estudo dessas cartilhas e a conscientização de uma formação mais humanizada visando os Direitos Humanos. Por mais que se tenha o poder ele deve ser usado de forma racional respeitando a todos. As abordagens policiais devem seguir um padrão, que muitas vezes não se faz é o estudo mostra essa importância do estudo da segurança pública visando o direito humano, para desconstruir as raízes do período Militar dos anos 60 a 80.

Vários autores traz a importância dos Direitos Humanos em relação as corporações policiais, em DIREITOS HUMANOS: Coisa de Polícia de Ricardo

Balestreri, trata muito bem esta questão, não só os cidadãos cívicos mas a própria polícia traz a regrada a si, da visão equivocada em relação a Segurança Pública, isso por conta do autoritarismo durante a Ditadura Militar e a manipulação que este exercia sobre a polícia, durante o período entre 1964 e 1984, provocando até hoje essa visão equivocada e prejudicada pelos preconceitos. Isso fica bem marcado neste trabalho do autor.

Portanto, os estudos voltados aos direitos humanos, sendo realizados por profissionais da área da segurança pública apresenta um novo norte na forma de atuação e formação de policiais.

Outro ponto interessante e que os autores do texto trabalham, conduzem a análises das duas cartilhas através da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), que tem o linguista Michael Halliday, porque a LSF torna uma ferramenta ideal para a análise dos textos investigados, pois ela apreende o fenômeno da linguagem sob a perspectiva da semiótica social, pois permite que representemos linguisticamente os eventos, ações e acontecimentos que permeiam nossas experiências de mundo. O que exatamente os autores querem relatar e analisar, explicam que um processo consiste de três elementos: o próprio processo, os participantes e as circunstâncias. O processo é tipicamente expresso pelo grupo verbal, os participantes são expressos pelos grupos nominais, e a circunstância (se houver uma) pelo grupo adverbial ou oração preposicionada.

A análise de transitividade dos dois textos revelou que ao todo foram encontrados 35 (61%) processos materiais, 15 (26%) processos verbais, 6 (11%) processos relacionais e 1 (2%) processo mental. Estes dados, portanto, evidenciam uma predominância de eventos que se realizam na materialidade das ações dos participantes envolvidos em uma busca policial.

A verificação de processos relacionais é muito enriquecedora para a análise do discurso, pois os três tipos de relação: atributiva, identificadora, e possessiva, que compõem esses processos, podem estar relacionadas a uma série de outras ações. A relação atributiva pode estar carregada de preconceitos e a possessiva desencadearem abusos de autoridade. Por exemplo, quando se parte do pressuposto

de que ser pobre e preto é igual a ser bandido; ou, que por ser policial tem-se o direito de se abordar pessoas indiscriminadamente.

Para finalizar os autores nos retoma ao tema sobre a temática que envolve o aumento crescente da violência e segurança pública e de como isso é preocupante as autoridades governamentais. Os autores ainda relatam que a partir desse cenário, propiciou o surgimento da Matriz Curricular Nacional (MCN), trazendo o discurso dos direitos humanos como princípio basilar de sua proposta pedagógica para a formação dos profissionais de segurança pública.

Todavia, é nítido a preocupação dos autores em relação à percepção dos policiais na atual conjuntura, pois eles veem claramente que essa proposta representa a inserção de novas práticas discursivas no âmbito da formação do policial militar, que vai ao longo dos anos incorporando os direitos humanos e a adoção dessas novas práticas na construção da representação de um novo policial militar, dessa maneira afastando a antiga visão de autoritarismo, buscando ser capaz de atuar profissionalmente num contexto histórico de uma nação que está aprendendo a viver em uma sociedade regida pelo Estado Democrático de Direito.

Outra conclusão que chegam é de que a utilização da análise de transitividade permitiu identificar de forma detalhada os papéis dos participantes e os tipos de processos presentes nos textos didáticos que tratavam do tema “abordagem policial”, o que foi fundamental para responder às duas primeiras perguntas formuladas no início deste trabalho, e que tiveram, respectivamente, a finalidade de investigar como o policial militar é representado dentro das novas práticas discursivas da MCN, e que relações de poder estão envolvidas nessa representação. Dessa forma permitiu constatar que a atividade de abordagem policial é caracteriza pela ocorrência, em número elevado, de processos Materiais e Verbais, nos quais o policial militar é representado, preponderantemente, nos papéis de Ator e Dizente.

O que nos elava a perceber que apesar das buscas por mudanças no período de formação, as abordagens e intervenções policiais, ainda possui resquícios o modelo construído nos anos dos regimes de exceção, pois, devido ao poder de

polícia, que lhe é legalmente conferido e pela cultura interna que é repassada aos novos policiais de forma não planejada e fora da didática conferida aos cursos.

Para tanto, existe a necessidade dessa dissociação entre o “como fazer” e o “refletir o fazer” é revelada pelo contraste entre a elevada porcentagem de processos Materiais e a ausência de processos Mentais nessas instruções. Contraste semelhante pode ser percebido na Cartilha de Sapopemba, que passou mais a impressão do que o policial pode e não pode fazer quando aborda um cidadão.

Dessa forma, a formação técnica, caracterizada pelo fazer, recebe maior ênfase do que a formação reflexiva, indispensável para se trabalhar os princípios dos direitos humanos.

Para finalizar os autores apontam que os resultados norteiam para a necessidade da consolidação das novas práticas discursivas propostas pela MCN, que visam a constituir mudanças nas relações de poder polícia-cidadão, ou seja, tornar essas relações mais permeadas pelo discurso e pela prática do respeito aos direitos humanos.